

## ***A Estratégia e o Programa do PCR para a Revolução Brasileira***

### **I - A Economia Brasileira**

#### **A origem da economia brasileira**

No ano de 1500, cerca de cinco milhões de indígenas constituídos por centenas de povos diferentes viviam da caça, da pesca e do cultivo de algumas culturas. Estima-se que esses povos falavam cerca de 1.300 línguas diferentes. Não existia a exploração de nenhum homem por outro e as riquezas existentes no país pertenciam a todos os habitantes. A terra, por exemplo, pertencia a quem nela trabalhava. Este regime econômico é conhecido como o comunismo primitivo.

Com a chegada dos invasores europeus – portugueses e, depois, holandeses e franceses –, que buscavam expandir o comércio de mercadorias de uma nascente economia capitalista, as terras e as riquezas do Brasil passaram para mãos estrangeiras. Antes, porém, travou-se uma grande luta, com os povos indígenas enfrentando com armas rudimentares, os canhões e as espadas dos invasores. Em um dos maiores genocídios da história da humanidade, milhões de indígenas foram mortos por não aceitarem se submeter ao regime de escravidão. Hoje, restam 358.000 mil indígenas agrupados em 215 povos (*Funai*. 2005)

Com a dominação estabelecida sobre os povos nativos, as primeiras medidas dos opressores foram no sentido de pôr fim à economia solidária e estabelecer a exploração do homem pelo homem. Assim, as riquezas deixaram de ser propriedade coletiva e passaram a ser propriedade da Coroa portuguesa ou holandesa ou de quem os governantes desses países autorizassem. Este foi o caso das capitânias hereditárias, ainda no século XVI, quando nobres e militares portugueses receberam extensões de terras brasileiras para explorar e em troca pagavam impostos a Portugal.

Desde então, o Brasil deixou de ser um país livre para se tornar um país dominado, com suas riquezas pertencendo apenas a uma minoria, estabelecendo-se a propriedade privada dos meios de produção.

No início, os portugueses obrigavam os indígenas a extraírem toneladas de pau-brasil que eram vendidas para a Europa, onde eram transformadas em tinta para colorir os tecidos usados pelos nobres. O *aprisionamento* era a principal forma de obtenção de escravos indígenas. Ao serem capturados, os índios eram forçados a executar o trabalho nas lavouras, onde eram superexplorados e sofriam maus-tratos.

Depois, iniciou-se a plantação de cana-de-açúcar e a produção de açúcar para a exportação. O mesmo sistema foi adotado pelos holandeses que se instalaram em Pernambuco. Como os indígenas resistiam muito à escravidão, Portugal decidiu em 1559 permitir o ingresso no Brasil de escravos vindos da África<sup>1</sup>. O tráfico negreiro, além de ser uma grande fonte de mão-de-obra caracterizava-se por ser também uma forma de se obter altos lucros, pois além dos traficantes, lucrava também a Coroa Portuguesa e até a Igreja Católica, que ganhava uma certa porcentagem sobre cada escravo que entrava no Brasil. Mas, os negros também não se entregaram docilmente, e, travaram várias lutas contra a escravidão.

Nos séculos XVI e XVII, a economia brasileira era, no essencial, uma economia geradora de produtos primários, basicamente açúcar, para uma Europa que começava a

desenvolver uma economia capitalista. Os trabalhadores brasileiros, principalmente indígenas e escravos, eram violentamente explorados e duramente reprimidos quando não aceitavam essa opressão.

Os primeiros heróis brasileiros foram Sepé Tiaraju, líder da República Comunista Guarani, que morreu em combate no dia 7 de fevereiro de 1756, após seis anos de luta contra o exército unificado de Portugal e Espanha, e Zumbi, que liderou o Quilombo dos Palmares, uma república onde os escravos negros tornaram-se homens livres: plantavam, colhiam e criavam animais numa terra que pertencia a todos. Em 1654, o Quilombo dos Palmares chegou a reunir 30 mil pessoas, mas, após várias batalhas vencidas pela República dos Palmares, no dia 6 de fevereiro de 1694, 11 mil homens reunidos pela Coroa portuguesa, invadiram e incendiaram a república. Zumbi conseguiu escapar do cerco com 2 mil homens e continuou lutando contra os escravizadores até o dia 20 de novembro de 1695, quando foi preso, torturado e teve sua cabeça decepada exposta no centro da cidade de Recife, capital de Pernambuco.

O Quilombo dos Palmares significou a liberdade não apenas para os negros, mas também para mestiços e brancos que eram explorados por grandes senhores de terra e pela Coroa portuguesa. Em 1808, fugindo do exército francês e de olho nas riquezas do nosso país, o rei de Portugal e sua corte se instalam no Brasil e imediatamente formam um exército, abrem os portos brasileiros, permitem que empresas inglesas e de outros países aqui se instalem e criam um banco, o Banco do Brasil, para recolher o dinheiro dos impostos pagos pelo povo. Com essas medidas, cresce a espoliação do país e se desenvolve a economia mercantil. Estes foram os primeiros passos para a constituição de uma economia capitalista no Brasil, regime econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do homem pelo homem.

Porém, nada mudou em relação à situação das massas trabalhadoras. Milhões de indígenas – que perderam suas terras e as riquezas que nela se encontravam – e de homens e mulheres trazidos à força da África, continuaram a viver sob regime de escravidão, acorrentados em senzalas, mal se alimentavam, nada recebiam pelo seu trabalho e o que produziam pertencia aos senhores de engenho. Também os camponeses pobres mestiços e brancos não tinham acesso à terra. As classes ricas viviam dessa exploração e se apoderavam de tudo que era produzido pelos trabalhadores brasileiros.

Ainda no século XVIII, outras grandes revoltas aconteceram no Brasil, agora com a participação de outras classes que também eram oprimidas pela Coroa portuguesa. Nessa luta pela independência do Brasil em relação a Portugal e por uma república, se destaca o militar de origem humilde Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Tiradentes liderou a Conjuração Mineira, movimento que em 1789 lutou contra os altos impostos cobrados por Portugal e por uma república democrática e independente. Preso, teve seu corpo esquartejado e a sua cabeça foi exposta na cidade de Vila Rica por ordem do rei.

Em 1798, inspirados pela Revolução Francesa (1789) e insatisfeitos com a carestia e a opressão colonial, rebeldes populares se organizam em Salvador, Bahia, para lutar pela República, por melhores salários e pela abolição da escravidão. Um traidor denunciou o movimento que ficou conhecido como a Conjuração Baiana. Manuel Faustino dos Santos, líder do movimento, e mais três rebeldes foram condenados à morte.

No século 19, novas mudanças ocorrem na economia brasileira. O café tornou-se o mais importante produto de exportação e o Nordeste deixa de ser a principal região econômica do país, cedendo lugar para o Centro-Sul.

Ainda nesse século, Joaquim do Amor Divino Rabello, Frei Caneca, importante herói brasileiro, liderou três mil revolucionários na Revolução Pernambucana de 1817,

durante a qual foi instalado um governo republicano que durou 74 dias. Após sair da prisão, em 1824, Frei Caneca organiza a Confederação do Equador. Essa revolta foi violentamente reprimida pelo imperador, Dom Pedro I. Frei Caneca foi fuzilado em praça pública em 13 de janeiro de 1825 por decisão de Dom Pedro.

Como se pode ver, as classes dominantes, para garantir seus interesses econômicos e privilégios e defender seu regime econômico, sempre agiram com brutalidade contra todos aqueles que se levantaram por um Brasil livre e justo.

Em 7 de setembro de 1822 foi proclamada a independência do Brasil. Mas, tratou-se de uma independência formal, já que o imperador do Brasil continuou a ser Dom Pedro I, filho de Dom João VI, que assumira o seu lugar quando este voltou para Lisboa. Em 7 de abril de 1831, Dom Pedro I voltou também para Portugal, passando o trono para seu filho, Pedro II, com apenas cinco anos de idade.

Mas, a estrutura de classes no país pouco se alterou: de um lado, estavam as classes ricas – grandes proprietários escravistas, grandes comerciantes, donos das minas e uma burguesia mercantil – de outro, os indígenas, os escravos, brancos e mestiços pobres e um número pequeno de operários.

Entre 1840 e 1890, o café representava 61,5% das vendas externas brasileiras, o açúcar 10% e o algodão 4,2%. Os investimentos de capitais ingleses crescem na economia, assumindo o controle dos navios, das ferrovias e das indústrias que começavam a surgir, bem como de 50% das exportações de café e de açúcar.

É também nessa época, que surge a dívida externa no Brasil. De 1852 até o fim do Império, o Brasil já tinha realizado onze empréstimos no valor de 60 milhões de libras esterlinas<sup>2</sup>. Dinheiro para ser pago pelo povo, mas utilizado em benefício das classes dominantes, do imperador e sua corte.

A economia mundial crescia e demandava mais produtos para o mercado. Era preciso desenvolver a produção nos países que compunham a periferia do sistema capitalista mundial, o que só era possível com a existência de trabalhadores assalariados e não apenas com escravos sem salários. O Brasil não tinha uma grande população, pois milhões de indígenas haviam sido assassinados e mais da metade da população era de trabalhadores escravizados.

Em 1850, para atrair mão-de-obra para o país, se implantou a lei da propriedade privada da terra, abolindo o sistema de concessão pela Coroa. Camponeses pobres da Europa, principalmente da Itália e Alemanha, diante da possibilidade de terem acesso a uma terra fértil, migraram para o Brasil nas décadas seguintes. Aqui chegando, viram que a história era outra: a terra pertencia a uma minoria e os trabalhadores imigrantes só poderiam se alimentar se vendessem sua força de trabalho aos donos das fazendas, isto é, se trabalhassem em troca de um salário. Em 13 de maio de 1888, fruto da luta dos escravos e de vários democratas, ocorre o fim oficial da escravidão no Brasil.

Com os lucros obtidos com as exportações, principalmente a comercialização do café, os cafeicultores, começaram a realizar investimentos na instalação de fábricas visando atender às necessidades do mercado exterior e do mercado interno, que crescia com a adoção do trabalho assalariado. O número de indústrias salta de 200 em 1881 para mais de 600 em 1889 e o número de trabalhadores da indústria passa de 3.000 em 1881 para 54 mil em 1890. O avanço do capitalismo é, assim, uma excelente oportunidade para os empresários agrícolas aumentarem suas fortunas.

O Império, que representava basicamente os interesses de Portugal e dos fazendeiros escravistas e de grandes comerciantes, perde força com o surgimento das novas classes sociais geradas pelo capitalismo. Um grande movimento popular se desenvolve em favor da República e contra a Monarquia. As classes ricas, temerosas do que poderia ocorrer, usam o Exército para dar um golpe e decretar o fim da monarquia, proclamando

a República em 15 de novembro de 1889. Mas a mudança na forma de governo, de monarquia para República, não alterou o fato de o país continuar dominado pelos latifundiários e por uma burguesia nacional dependente e associada ao capital estrangeiro.

O século XIX termina com o Brasil como uma república capitalista que tinha como objetivo gerar lucros, principalmente por meio da exportação de matérias-primas, em particular o café e o açúcar, e importando a maioria dos produtos que consumia. A ênfase na exportação era tão grande que, nessa época, o Brasil importava 30% dos alimentos consumidos.

Entre 1889 e 1907, o número de fábricas existentes no país passa de 600 para 3.258 (30% delas no Rio de Janeiro). Ainda em 1907, o número de operários chega a 150 mil, entre trabalhadores da indústria, ferroviários (trens), construção civil, sapateiros, entre outros.

Em 1920, São Paulo torna-se o maior centro industrial do país com 40% da produção, e o Rio de Janeiro, 30%. A maioria dessas indústrias era têxtil e alimentícia e o número total de operários era de 275 mil. Nesse ano, 1920, a população brasileira era de 20 milhões e cerca de 64% desse total viviam no campo. É claro que a industrialização se realizou ancorada no Estado brasileiro, que usava os recursos dos impostos para desenvolver a infra-estrutura e financiar os capitalistas na instalação de suas empresas.

Nas primeiras três décadas do século XX, várias crises econômicas e políticas sacodem o país. Com a influência da grande revolução socialista Russa de 1917, liderada pelo Partido Comunista *Bolchevique* Russo, o movimento operário brasileiro teve um grande impulso. Várias greves são organizadas e sindicatos são fundados pelos trabalhadores. Em 1922, é fundado o Partido Comunista no Brasil.

Já na década de 30, a economia brasileira é controlada pela burguesia industrial nacional e, em particular, pelo capital estrangeiro, que em busca de aumentar seus lucros, instalava aqui filiais de suas indústrias, seja para explorar o mercado interno e a mão-de-obra barata, seja para exportar os produtos aqui fabricados para seus países. Essas classes eram proprietárias das indústrias e da terra, enfim, dos meios de produção existentes no Brasil.

Mas, além de investir na indústria, o capital vai para o campo com o objetivo de dominar a agricultura. Em consequência, o trabalho assalariado avança no campo, fazendo nascer o proletariado rural.

Vale destacar que esse desenvolvimento do capitalismo no Brasil ocorre em meio a grandes crises econômicas mundiais e de disputas entre as potências imperialistas por mercados e para se apropriarem das riquezas dos povos menos desenvolvidos. Assim, acontece a Primeira Guerra Mundial de 1914-1918 e a Segunda Guerra Mundial de 1939 a 1945.

Desse modo, o capitalismo se desenvolve no Brasil com a burguesia nacional subordinada e associada ao capital estrangeiro, que já nesse período controlava importantes setores da economia nacional como as finanças (bancos), bens de capital, alimentos, vestuário, calçados, material elétrico, químico-farmacêutico, etc.

Para consolidar a hegemonia da burguesia, ocorre um novo golpe militar e uma Junta assume o governo federal em 1930 e dá posse a Getúlio Vargas, que tinha perdido a eleição para o candidato da situação, Julio Prestes, mas teve grande apoio nos centros urbanos e alegou fraude.

Em julho de 1935, o governo de Vargas proibiu a Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização dirigida pelos comunistas, que defendia a reforma agrária, o fim da subordinação do Brasil aos países imperialistas e mais direitos para os trabalhadores.

Em novembro de 1935, os comunistas organizaram um levante popular no país com o objetivo de instalar um governo revolucionário antiimperialista. A repressão do Estado foi violenta; mais de 6.000 pessoas foram presas, entre elas, os líderes da insurreição: Luis Carlos Prestes e Olga Benário.

Em 1937, Getúlio, apoiado pelas forças conservadoras e burguesas, suspende as eleições, extingue os partidos políticos, decreta intervenção nos sindicatos e governos estaduais, acaba com a liberdade de imprensa e desencadeia uma forte repressão ao movimento popular e aos comunistas, implantando um estado fascista chamado de *Estado Novo*.

O “Estado Novo” (1937-1945) investe forte na economia para desenvolver o capitalismo. A indústria cresce e os produtos têxteis passaram a ocupar a segunda posição nas exportações, atrás apenas do café. É construída a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda (RJ).

Desde então, as relações de produção capitalistas são as dominantes na sociedade brasileira, inclusive no campo, consolidando a burguesia e o proletariado (a classe operária) como as duas principais classes da sociedade brasileira.

Na década de 1950, o Estado brasileiro procura apoiar e impulsionar o desenvolvimento capitalista. Apóia grandes indústrias estrangeiras para instalarem fábricas no Brasil, constrói novas rodovias, expande a indústria de aço e as usinas hidrelétricas e busca ampliar ao máximo a infra-estrutura para as indústrias. Após um grande movimento popular, a campanha “O petróleo é nosso”, é decretado o monopólio estatal do petróleo e criada a Petrobras. Na agricultura, a maioria dos latifundiários recebe enorme financiamento público para formar grandes empresas agrícolas e assentar as bases do agronegócio<sup>3</sup>.

O valor da produção industrial supera o valor da produção agrícola na década de 1950, e nos anos seguintes, a classe operária tem um grande crescimento. Em 1980, 22% dos operários trabalhavam em fábricas com número médio de 850 trabalhadores por unidade.<sup>4</sup>

Mas o crescimento do capitalismo não trouxe benefícios para o povo brasileiro. Os operários recebiam baixos salários, tinham longas jornadas de trabalho e os camponeses eram expulsos de suas terras. Os soldados e marinheiros eram humilhados nas Forças Armadas e sofriam duras punições impostas pelos comandantes.

Nos anos 60, o movimento popular desenvolve-se em grande velocidade. Trabalhadores, estudantes, mulheres e mesmo os militares (soldados, cabos e sargentos) se mobilizam e lutam para mudar a injusta estrutura econômica, causa principal das péssimas condições de vida do povo.

Para atender às reivindicações populares, o governo João Goulart adota várias medidas progressistas: limitação da remessa de lucros para o estrangeiro, encampação das refinarias privadas, controle do ingresso e saída de capitais estrangeiros, reforma bancária, desapropriação de terras valorizadas pelos investimentos públicos, garantia e ampliação dos direitos dos trabalhadores como salário mínimo familiar, reforma agrária e reforma universitária.

Em 1964, articulado pelo grande capital estrangeiro e nacional e, principalmente, pelo imperialismo norte-americano, as Forças Armadas, mais uma vez, dão um golpe para manter os privilégios das classes dominantes e impedir as mudanças em favor das camadas mais pobres da população.

## **A ditadura e o falso milagre econômico**

Após o golpe militar, a concentração de renda no Brasil tornou-se uma das maiores do mundo. Grandes monopólios estrangeiros e nacionais passaram a dominar os mais importantes setores da economia e a dependência externa do Brasil se agravou. Para se ter uma idéia, os salários foram reduzidos pela metade entre 1980 e 1983, segundo dados da Ordem dos Economistas de São Paulo. O desemprego teve um salto gigantesco e o mesmo ocorreu com o subemprego. Como resultado, o País chegou em 1984 com 25 milhões de menores carentes e abandonados.

A dívida externa brasileira, que era de US\$ 3,2 bilhões em 10 de abril de 1964, passou para 100 bilhões de dólares em 1984. Um crescimento de 10.000 %.

Vale lembrar que a dívida externa beneficiou apenas as grandes famílias capitalistas do Brasil (usineiros, banqueiros e grandes empresários) que receberam esses empréstimos para crescer suas riquezas e aumentar a espoliação do país e do povo. Mais: estes contratos foram autorizados por “decretos sigilosos”, isto é, foi um endividamento rigorosamente clandestino e completamente ilegal, com o Brasil chegando a aceitar a imposição de que os assuntos da dívida fossem julgados nos foros de Londres e Nova York.

Na Agricultura, continuou o mesmo modelo que vinha desde o Brasil Colônia: produção voltada para a exportação, incentivo à formação de grandes empresas capitalistas e de concentração fundiária. De um lado, cresce o número de grandes empresas no campo, de outro, o êxodo rural, com milhares de famílias camponesas sendo expulsas de suas terras e indo para as grandes cidades em busca de trabalho.

Para garantir esse perverso modelo econômico, comunistas e liberais democratas foram presos; entidades estudantis fechadas e universidades invadidas pela polícia; sindicatos sofreram intervenção, lideranças sindicais foram detidas e greves proibidas. A imprensa foi amordaçada, dezenas de jornalistas colocados na cadeia e as redações invadidas por policiais para censurar artigos e mesmo edições inteiras; canções e peças teatrais eram censuradas todos os dias e atores e cantores perseguidos. Milhares de funcionários públicos foram exonerados dos seus cargos; 5 mil inquéritos foram abertos contra 40 mil pessoas e o Brasil rompeu relações diplomáticas com Cuba. Deputados tiveram seus mandatos cassados e o Congresso Nacional foi fechado. Decretos e leis – como o Ato Institucional nº 5 e o decreto-lei 477 – eliminaram as poucas liberdades ainda existentes e colocaram o País debaixo de um regime de terror que nada ficava a dever ao regime nazista de Hitler.

Os comunistas se organizaram clandestinamente e não mediram sacrifícios na luta contra a ditadura. No final dos anos 70, a classe operária organizou várias greves tornando letra morta a lei da ditadura que proibia a greve e retomou seus mais importantes sindicatos; os estudantes realizaram passeatas pelas liberdades democráticas e entidades fechadas, como a UNE e a UBES, foram reconstruídas.

Na década de 80, mais e mais pessoas se incorporaram à luta contra a ditadura e as manifestações tornavam-se massivas. Já não eram milhares, mas milhões que ocupavam as ruas. Depois de mais de duas décadas de luta, os golpistas já não podiam manter-se no governo e trataram de preservar o essencial.

Após 21 anos (1964-1985), a ditadura militar, que assassinou centenas de comunistas, entre eles Manoel Lisboa, Carlos Marighela, Santo Dias e Iara Iavelberg, e tornou o Brasil um dos países mais desiguais do mundo, foi derrotada. Ocorrem as eleições diretas e o país voltou a ser uma democracia burguesa, mas os trabalhadores continuaram sofrendo com o desemprego e os baixos salários. Os camponeses continuaram sem ter acesso à terra e a uma verdadeira reforma agrária, enquanto a economia brasileira manteve-se sob controle de algumas centenas de famílias que se apropriam de todas as riquezas produzidas pelos trabalhadores.

## **O domínio dos monopólios e da oligarquia financeira sobre a economia brasileira**

Com uma população de 184 milhões de habitantes, ocupando uma área total de 8.511.965 quilômetros quadrados e um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 2,6 trilhões, o Brasil chegou ao século XXI como a oitava economia capitalista do mundo.

Entretanto, o processo de desenvolvimento e consolidação do capitalismo no Brasil ocorreu quando o imperialismo capitalista – fase superior e última do capitalismo, caracterizada pela dominação dos monopólios e do capital financeiro – controla a economia mundial. Ou seja, a economia brasileira se desenvolve subordinada e associada ao grande capital internacional e aos países imperialistas.

Uma das conseqüências desse processo, resultado da lei da concentração e centralização do capital<sup>5</sup> e da dominação imperialista, é que praticamente todos os ramos da economia nacional estão hoje controlados por grandes monopólios nacionais e estrangeiros pertencentes a algumas centenas de famílias capitalistas. Com efeito, como revelou o Catálogo Geral de Empresas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2003, após pesquisa em 199 grupos de atividade, o grau de concentração da economia brasileira é gigantesco: mais de 50 setores da economia são controlados por apenas 12 empresas. A conseqüência é que um número reduzido de empresas possui parcela considerável das riquezas produzidas no país. Sem dúvida, levantamento da consultoria Econômica mostra que as 10 maiores empresas detinham em 1998, 6,27% do PIB e, em 2007, passaram a controlar 20,05%. (*Folha de S. Paulo (FSP)*, 25/05/08)

Na Bolsa de Valores, onde se negociam as ações de empresas e reina a especulação, o grau de concentração é imenso: somente 19 grupos econômicos privados controlam 61,3% do mercado da Bolsa de Valores de São Paulo. Em 2004, as grandes empresas eram apenas 1% do total de empresas existentes no Brasil mas controlavam 67% da produção, enquanto 94% das pequenas empresas controlavam 14% da produção.

Outra demonstração do controle dos monopólios sobre a economia brasileira é o aumento do número de fusões entre as empresas nos últimos anos, isto é, da compra de grandes empresas por outras ainda maiores, visando eliminar concorrentes e dominar o mercado. Este foi o caso da Ambev, resultado da fusão da Antártica e da Brahma, que acabou engolida por uma das maiores empresas do mundo, a belga Interbrew em 2004.

Estudo da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Andib) revelou que o crescimento das aquisições e fusões de empresas no Brasil cresceu 237% em 2006. A maior parte destas compras de empresas ocorreu no setor de metalurgia e siderurgia (34,05%); entre empresas de telecomunicações (16,17%); no setor financeiro (10,35%); setor aéreo (9,45%) e, energia (6,4%).

Em 2007, de acordo com outro estudo divulgado pela consultoria KPMG, a quantidade de fusões e aquisições de empresas no país cresceu 43%, com 677 operações realizadas. A maior parte dessas fusões aconteceu nos ramos de alimentos, bebidas e fumo e, 70% dessas aquisições foram feitas por grupos e fundos estrangeiros. (*FSP*, 21/12/07).

Vejamos alguns exemplos do controle de monopólios sobre a economia nacional.

A italiana Cragnotte & Partners, dona da marca Bombril, domina 80% do mercado de palha de aço. A Gessy Lever, grande monopólio anglo-holandês, controla mais de 50% das vendas do mercado de higiene e limpeza. A norte-americana Xerox comanda 75% das vendas de copiadoras no Brasil e a inglesa Souza Cruz domina 80% do mercado de fumo.

Na agricultura, somente dez grandes monopólios internacionais controlam desde os fertilizantes e agrotóxicos até a produção, o comércio dos produtos – o mercado – e, conseqüentemente, os preços agrícolas. Entre eles, Bunge, Mosaic/Cargil, Nestlé, Yakult, Unylever, Royal, Kraft, Polenghi e Parmalat.

A indústria de pães caminha para ficar sob o controle de uma só empresa. A mexicana Bimbo, em 2001 adquiriu as marcas Pullman e Plus Vita. Em novembro de 2007, comprou a Panificadora Laura por R\$ 30 milhões. Em fevereiro deste ano, adquiriu o grupo capixaba Firenze (Pão Gostoso) e, em maio, comprou a Nutella, que é líder no mercado na região sul e passou a ser o maior fabricante de pães do país.

Também, menos de dez famílias capitalistas são donas dos principais meios de comunicação (televisões, rádios, jornais, revistas, etc.) do país e seis dessas empresas recebem 90% das receitas de publicidade da mídia. Em gêneros como borracha, bebidas e gráfico, o grau de concentração é maior do que o de países como Estados Unidos, Alemanha e França.



**35 maiores monopólios capitalistas privados no Brasil  
em Receita Bruta (em R\$ milhões)**

<b>Grupo</b>	<b>(Origem do capital)</b>	<b>Receita Bruta</b>
1. Bradesco	Brasil	68.268,7
2. Itausa	Brasil	51.672,7
3. CVRD (Vale)	Brasil	46.745,6
4. Votorantim	Brasil	33.296,1
5. Ambev	Bélgica	32.487,8
6. Ipiranga	Brasil	31.451,1
7. Telefonica	Espanha	31.164,9
8. Gerdau	Brasil	27.510,9
9. Unibanco	Brasil	25.589,7
10. Oi (Telemar) <sup>1</sup>	Brasil	24.232,2
11. Odebrecht	Brasil	24.030,6
12. Fiat	Itália	22.940,9
13. Volkswagen	Alemanha	22.036,3
14. ABM ANRO	Holanda	21.521,3
15. Bunge	Holanda	19.032,2
16. Shell	Inglaterra	18.448,6
17. Santander	Espanha	18.235,7
18. Arcelor	Luxemburgo	17.497,4
19. Pão de Açúcar	Brasil/França	16.460,3
20. Usiminas	Brasil/Japão	16.365,3
21. Brasil Telecom <sup>1</sup>	Brasil	15.111,3
22. HSBC	Inglaterra	14.980,2
23. Tim	Itália	13.877,6
24. Wal-Mart	EUA	12.909,8
25. Carrefour	França	12.809,8
26. Cargil	EUA	12.807,3
27. Chevron	EUA	12.545,1
28. AES Eletropaulo	Brasil/EUA	11.350,8
29. CSN	Brasil	11.265,1
30. Embratel	México	11.141,2
31. Nestlé <sup>2</sup>	Suíça	11.057,2
32. Camargo Correa	Brasil	9.915,3
33. Claro	México	9.881,0
34. Unilever	Suíça	9.500,00
35. Souza Cruz	Inglaterra	8.699,5

<sup>1</sup> AOI comprou a Brasil Telecom por R\$ 5,4 bilhões em abril de 2008

<sup>2</sup> Não inclui a receita da Alcon Laboratórios de propriedade da Nestlé.

Fonte: Valor Grandes Grupos. Novembro de 2007. dados do exercício de 2006.

De acordo com o anuário *Valor Grandes Grupos*<sup>6</sup>, os dez maiores monopólios econômicos da economia nacional com faturamento acima de R\$ 20 bilhões são Bradesco, Itausa, Ambev, Gerdau, Odebrecht, Vale do Rio Doce, OI (Telemar), Unibanco, Votorantim e Fiat.

O Votorantim, por exemplo, tem a hegemonia de vários setores da economia: detém 42% do mercado de cimento e concreto; 65% do níquel; é um dos maiores produtores de suco de laranja, polpa de papel e celulose e tem grande participação nas indústrias de metalurgia, química, petroquímica, móveis, papel, cana, açúcar, álcool, eletroeletrônico, empresas de biotecnologia, corretoras de valores, seguros, previdência privada, possui o banco Votorantim e, após as privatizações das estatais, em associação ao Bradesco e a Camargo Correa, adquiriu a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), ex-estatal paulista de energia elétrica.

A Cosan, maior produtora de álcool do país, comprou em abril de 2008, a subsidiária da ExxonMóbil no Brasil, a Esso Brasileira de Petróleo, que atua em distribuição e combustíveis e lubrificantes. Assim, passa a dominar a produção de cana, a fabricação do álcool até à venda ao consumidor final.

Por sua vez, a VCP (Votorantim Celulose e Papel) comprou a Aracruz e tornou-se a maior empresa do país no setor passando a controlar 50% do mercado de celulose.

Em novembro do ano passado, o Itaú comprou o Unibanco e formou o maior grupo financeiro do Hemisfério Sul. Em maio desse ano, A Perdigão e a Sadia anunciaram sua fusão e o nascimento da Brasil Foods, a maior produtora e exportadora mundial de carne de frango, uma das principais processadoras de carne de porco e a maior abastecedora no Brasil de alimentos industrializados.

Entre 1998 e 2007, a participação das 32 maiores empresas brasileiras de capital aberto em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) saltou de 11,7% para 30%.

Portanto, temos no país um número muito restrito de grandes grupos empresariais (monopólios), controlando a economia brasileira. Ou seja, 1, 2 ou 3 grupos capitalistas, dominando 90% ou mesmo 100% do mercado, o que caracteriza uma situação de poder oligopólico destas empresas em termos de preço e negociação com clientes. Em consequência, é nestes setores altamente oligopolizados que ocorrem as maiores altas de preços, muito acima dos níveis de inflação. (Francisco Oliveira, *Os direitos do antivalor*, Vozes.)

### **Os bancos e o controle do capital financeiro sobre a economia**

No setor financeiro, também, a concentração do capital cresce sem parar. Em 1999, os dez maiores bancos do país detinham 70% do total de ativos no setor. Em 2006, esse índice passou para 82,2%, revela estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de 11 de agosto de 2007.

Na realidade, na atual e última fase do capitalismo, isto é, a fase do imperialismo capitalista, o capital financeiro é o que exerce o domínio na economia. Prova disso é o fato de a política econômica dos governos capitalistas ser sempre no sentido de favorecer esse mesmo capital financeiro. Com efeito, com crise ou sem crise, o Estado sempre reserva grande parte do dinheiro dos impostos pagos pelos trabalhadores para remunerar o chamado sistema financeiro. No Brasil, a renda com juros absorve quase 30% do PIB por ano. Trata-se de uma obrigação semelhante à que servos tinham com os senhores feudais na idade média.

Esta é uma das razões para os lucros dos bancos crescerem tanto. De fato, entre 2003 e 2007, o sistema financeiro dobrou de tamanho e os lucros triplicaram: saíram de R\$ 19,1 milhões em 2003 para R\$ 57,4 bilhões em 2007. Somente o Itaú teve um lucro de R\$ 8,47 bilhões em 2007 e o Bradesco de R\$ 8,01 bilhões. (*Valor*, 1/04/08)

Mais: entre 1995 e 2005, o pagamento de juros da dívida pública representou uma transferência de renda nacional equivalente a 14% do PIB, por ano, para o capital financeiro. No entanto, o desemprego cresceu enormemente entre os bancários: eram 824 mil em 1989 e diminuíram para 417 mil em 1996, uma redução de 40%.

Outro motivo para esses gigantescos lucros dos bancos é a exploração dos clientes com tarifas abusivas. Com efeito, nos últimos dez anos, os ganhos dos bancos com as tarifas cobradas dos clientes cresceram oito vezes. Para termos uma idéia, em três anos, de 2003 a 2006, os bancos ganharam com tarifas a fortuna de R\$ 52,8 bilhões. Vale dizer ainda que os cinco maiores bancos do país ficam com 80% do dinheiro arrecadado com tarifas bancárias.

Aliás, os bancos brasileiros tiveram a maior rentabilidade desde 1995. O ranking de rentabilidade sobre o patrimônio líquido elaborado pela consultoria Econômica mostra que os bancos brasileiros atingiram uma rentabilidade recorde de 21,9% no primeiro trimestre de 2008. (*UOL*, 15/05/08)

Não bastasse, quando os bancos enfrentam qualquer ameaça de prejuízo de quebra, são imediatamente socorridos pelo Estado. Foi o caso do Programa de Estímulo e Reestruturação do Sistema Financeiro Brasileiro (Proer) implantado em 1995 e que utilizou R\$ 20 bilhões do caixa do Tesouro Nacional para socorrer bancos nacionais e estrangeiros em dificuldades.

Por outro lado, existe uma profunda associação entre o capital financeiro nacional, o capital industrial nacional e o grande capital financeiro internacional, associação essa que ocorre de forma direta com a compra do controle acionário dos grandes bancos nacionais, ou ainda de forma indireta, por meio da formação de grandes consórcios capitalistas para adquirir empresas, terras etc.

Dado esse enorme poder do capital financeiro, é cada vez maior o número de bancos que possui empresas ou de empresas que fundam seus bancos. Por isso, também, os grandes monopólios industriais têm hoje a maior parte dos seus lucros em operações financeiras.

As estatais privatizadas, por exemplo, foram abocanhadas por consórcios capitalistas que tinham em todos eles a participação dos bancos. O Itaú, além de banco, tem empresas de eletrônica, madeira, móveis, transporte, petroquímica, comércio exterior, etc. Já o Bradesco tem participação na Perdigão, Sadia, CSNA, CPFL, Alparagatas, empresas de telecomunicações, agricultura, pecuária e até plano de saúde.

Portanto, é sob o controle dessa reduzida oligarquia financeira, os bancos e os grandes monopólios, que se encontra grande parte da economia e, conseqüentemente, do país. São eles que nomeiam o Presidente e os diretores do Banco Central, isto é, os responsáveis por fixar a taxa Selic – a taxa que reajusta o valor dos juros cobrados dos títulos públicos do governo – os ministros da área econômica, e controlam o presidente da República, os governadores e o Congresso Nacional ao financiarem as suas ricas campanhas eleitorais. Exemplo. Os bancos foram os maiores financiadores da campanha presidencial de 2006, doando R\$ 10,5 milhões a Lula da Silva (PT) e outros R\$ 10,5 milhões a Geraldo Ackmin (PSDB).

### **O avanço do capitalismo na agricultura**

Embora, desde o século XIX o capitalismo venha sendo implantado na agricultura, é a partir das primeiras décadas do século 20 que temos o aprofundamento das relações de produção capitalistas no campo.

Esse desenvolvimento se deu convertendo a velha estrutura agrária numa moderna economia capitalista. Isto é, não houve a destruição da velha economia agrícola através de uma reforma agrária, mas sim, os grandes proprietários de terras foram modernizando suas grandes propriedades rurais e se transformando numa burguesia agrária. Assim, o que ocorreu foi a “modernização” da grande propriedade rural e sua transformação em moderna empresa capitalista, ao mesmo tempo em que grandes grupos capitalistas se instalavam no campo. Desse modo, a terra, no fundamental, é um meio de produção que se encontra nas mãos da burguesia.

De fato, as maiores propriedades rurais brasileiras são hoje propriedade de grandes monopólios industriais e financeiros que operam em várias áreas, como: comércio, bancos, indústria e também, agricultura. São apenas 46 grandes grupos econômicos capitalistas que controlam sozinhos mais de 20 milhões de hectares, entre eles

Volkswagen, Itaú, Bradesco, HSBC, Banco Safra, Andrade Gutierrez, Manesmann, Aracruz, Vale do Rio Doce, Sygenta, Bayer, Monsanto, Phillip Morris, Souza Cruz, Unilever, Grupo Martins, etc.

No total, o Brasil dispõe de 388 milhões de hectares de terras agriculturáveis ocupadas por grandes, médias e pequenas propriedades. A agricultura empresarial domina 70% dessa área, sendo que 172 milhões de hectares são ocupados pela pecuária. Não bastasse, menos de 1% dos proprietários, donos de propriedades com mais de mil hectares, possuem 44% das terras, enquanto 53% dos proprietários com menos de dez hectares controlam somente 3% das terras.

Em decorrência dessa concentração, quase toda a produção de tomate no Brasil está nas mãos de quatro grandes empresas: Arisco, Gessy Lever, Parmalat e Ciruis. A Votorantim controla mais da metade da produção de laranja. Já a produção de leite e grande parte do rebanho pertencem a Parmalat, Nestlé e Royal. O banco inglês HSBC domina a produção de celulose e a plantação de eucaliptos.

Devido à política agrícola do governo, essa situação tende a se aprofundar ainda mais. Em 2004, só 10 empresas multinacionais receberam R\$ 4,5 bilhões do Banco do Brasil, quase um bilhão a mais do que os recursos destinados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf, R\$ 3,7 bilhões. Somente de 2003 a 2008, foram realizadas quatro renegociações e a cada renegociação se reduz 70% do valor de alguns dos débitos, além do governo assumir junto ao credor a responsabilidade pela dívida. Um exemplo: o Grupo União, sediado em Pernambuco, devia ao Banco do Brasil R\$ 208,63 milhões. Com o perdão, pagou R\$ 3,7 milhões, apenas 1,77% da dívida. No total, o prejuízo aos cofres públicos superou R\$ 1 bilhão. Um dinheiro que um governo realmente do trabalhador usaria para realizar a tão adiada reforma agrária. Vale dizer que estas mesmas empresas que se declaram sem condições de pagar os empréstimos que tomaram de bancos do governo ou privados, um total de R\$ 87,5 bilhões, anunciam que terão uma safra recorde e uma renda líquida em 2008 de R\$ 143 bilhões em 2008.

Um outro dado muito importante do avanço do capitalismo no campo é o crescimento gigantesco do uso de máquinas na agricultura; em 1950, existiam apenas 8.371 tratores no campo; em 1960, 165.870 e em 1980, 545.204 tratores. A cada ano, mais de 35 mil máquinas agrícolas são incorporadas à agricultura.

Uma das consequências dessa mecanização é, sem dúvida, o crescimento do desemprego no campo. Assim, em 2002, de acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Esalq/USP, a mecanização da colheita de cana-de-açúcar acabou com 300 mil postos de trabalho no campo e a utilização de 160 colheitadeiras na colheita do café no cerrado mineiro deixou 24 mil trabalhadores desempregados em um só ano. Tem mais. Devido ao grau cada vez mais elevado de mecanização empregado nas lavouras de cana-de-açúcar, 114 mil trabalhadores perderão seus empregos até 2020, informa a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica).(*FSP*, 12/04/08). Para 2008, a Associação Nacional dos Fabricantes dos Veículos Automotores (Anfavea) prevê crescimento de 15% na venda das colheitadeiras e de 10% nas vendas de tratores. O preço de uma colheitadeira varia entre R\$ 300 e R\$ 700 mil e o de um trator entre R\$ 50 e 250 mil.

Para agravar esse quadro, nova política agrícola do governo federal – aliás, muito semelhante ao modelo de monocultura voltado para exportação do Brasil colônia – de incentivo a plantação de cana-de-açúcar para a produção de álcool para exportação, tem levado a uma superexploração dos trabalhadores no campo e a redução das pequenas propriedades rurais. Relatório divulgado em abril de 2008 pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão da CNBB, revelou que o número de vítimas trabalho escravo no

Brasil vem crescendo: eram 6.930 em 2006 e passaram para 8.635 em 2007. Ainda segundo a CPT, 52% dos trabalhadores libertados pelo Grupo Móvel do Ministério do Trabalho são no setor sucroalcooleiro.

Não bastasse, essa política tem causado a ampliação da área plantada de cana-de-açúcar. Em São Paulo, a cana já ocupa 50% das terras férteis e a área ocupada na safra 2007/2008 é de 6,92 milhões de hectares, superior em 12,30% à safra anterior. Somente a Cosan, maior produtora de açúcar e álcool do país e de propriedade do usineiro Rubens Ometto, possui 17 usinas e ocupa uma área de 550 mil hectares, quatro vezes o município de São Paulo.

Com efeito, dados do IBGE mostram que entre 1990 e 2006 ocorreu redução da produção de alimentos no Brasil e que nesse mesmo período a área plantada de cana-de-açúcar cresceu mais de 2,7 milhões de hectares. Se outra fosse a política agrícola do governo, como priorizar a produção de alimentos para reduzir os preços e alcançar a soberania alimentar, essa área teria produzido 400 mil toneladas de feijão e 1 milhão de toneladas de arroz, analisa o professor Ariovaldo Umbelino em artigo na *Folha de S. Paulo* de 17/04/08. O último Censo Agropecuário do país confirma essa situação: a área plantada de arroz, que era de 4.233.000 hectares em 1990, caiu para 2.997.000 em 2007, Ou seja, em quinze anos o arroz perdeu 25% de sua área.

Porém, como grande parte da riqueza produzida no campo está nas mãos dos monopólios capitalistas e não está sob o controle da sociedade, milhões de brasileiros vivem com fome e gastam com alimentos mais da metade do salário que ganham.

Os operários que trabalham no corte da cana e nas usinas estão entre os que recebem os piores salários no país. O trabalhador tem um salário fixo mensal que varia de R\$ 350 a R\$ 450,00 e ganha em média R\$ 2,50 por cada tonelada de cana cortada. Com a introdução de colheitadeiras, o trabalhador teve que passar a concorrer com a máquina, e aumentou a quantidade de cana cortada.

Na década de 80, um trabalhador cortava 6 toneladas de cana por dia; hoje, o mínimo é de 12 toneladas, mas muitos chegam a cortar até 20 toneladas (20 mil quilos) por dia.

Segundo um estudo da USP, para cortar uma tonelada (1.000 quilos) são necessários 9.700 golpes de podão, instrumento utilizado no corte da cana, percorrer vários quilômetros a pé no canavial, fazer milhares de flexões de pernas e carregar em feixes as canas que cortou.

Os trabalhadores são escolhidos por intermediários, chamados de *gatos*, que procedem igualmente a um feitor que quer comprar um escravo: contratam os mais jovens, fortes e bem nutridos. A jornada de trabalho começa cedo: às 4 horas, o trabalhador está de pé, pois às 6 horas tem que estar no canavial, de onde só sai quando escurece.

Como o excesso de trabalho provoca constantemente desmaios, tonturas e câibras, hoje, 25% do total de acidentes de trabalho no Brasil ocorrem na produção de açúcar ou etanol. Pior, não existe lei obrigando os patrões a fornecerem almoço nem garantindo ao cortador de cana direito a aposentadoria especial por periculosidade e insalubridade.

### 30 maiores empresas que atuam na agricultura brasileira

	Setor/segmento	Controle acionário
1. Cargil	Óleos, farinhas e conservas	EUA
2. Bunge Alimentos	Óleos, farinhas e conservas	Holandês
3. Souza Cruz	Fumo	Inglês
4. Wal-Mart	Comércio Varejista	EUA
5. Sadia	Aves e Suínos	Brasileiro
6. Copersucar	Álcool e Açúcar	Brasileiro
7. Nestlé	Leite e derivados	Suíço
8. Perdigão	Aves e Suínos	Misto
9. JBS	Carne Bovina	Brasileiro
10. Sonae	Comércio varejista	EUA
11. Makro	Atacado e comércio exterior	Holandês
12. Bunge Fertilizantes	Adbos e defensivos	Holandês
13. ADM	Algodão e grãos	EUA
14. KraftFoods	Óleo, farinhas e conservas	EUA
15. Klabin	Madeira, celulose e papel	Brasileiro
16. Suzano	Madeira, celulose e papel	Brasileiro
17. VCP	Madeira, celulose e papel	Brasileiro
18. LDC	Óleos, farinhas e conservas	Francês
19. Grupo Martins	Atacado e comércio exterior	Brasileiro
20. Atacadão*	Comércio varejista	Brasileiro
21. Bracol	Couro e Calçados	Brasileiro
22. Coamo	Óleo, farinhas e conservas	Brasileiro
23. Aracruz	Madeira, celulose e papel	Brasileiro
24. Syngenta	Adbos e defensivos	Suíço
25. Marfrig	Carne bovina	Brasileiro
26. Unilever	Óleos, farinhas e conservas	Anglo/Holandês
27. Elma Chips	Óleos, farinhas e conservas	EUA
28. Avipal	Aves e suínos	Brasileiro
29. Aurora	Aves e suínos	Brasileiro
30. Duratex	Madeira, celulose e papel	Brasileiro

Fonte: Anuário Exame. Agonegocio (jun. 2007) 2007/2008

\*Comprado pelo Carrefour em 2008

Devido a essas condições de trabalho e ao excesso do esforço no corte de cana, entre 2004 e 2005 morreram no país 56 trabalhadores canavieiros. Nos canaviais de São Paulo, de 2004 a 2007, foram 19 mortes. Mas, segundo Maria Cristina Gonzaga, pesquisadora do MTE, os números são maiores: nos últimos cinco anos, o trabalho na lavoura de cana levou à morte 1.383 trabalhadores. (*IstoÉ*, 28/3/2007).

Como se vê, há séculos a monocultura da cana-de-açúcar recebe privilégios no Brasil. Primeiro, da Coroa portuguesa; depois, dos imperadores portugueses, e, por fim, da República brasileira.

Em síntese, a agricultura brasileira é, em sua essência, uma agricultura capitalista, pois o conjunto dos seus ramos de produção está submetido às leis econômicas do capitalismo e o que nela predomina são as relações capitalistas de produção, isto é, a exploração pela burguesia das massas trabalhadoras do campo. Na realidade, quase toda a produção agrícola é dominada por grandes empresas agroindustriais pertencentes aos monopólios nacionais e estrangeiros, como prova o fato de que mais de 80% dos

alimentos consumidos no país, com exceção de verduras e legumes vendidos nas feiras, passam por algum processo agroindustrial.

O significado desse gigantesco grau de monopolização da economia brasileira é que um punhado de monopólios nacionais e estrangeiros domina setores inteiros da indústria, do comércio, da agricultura e do setor financeiro, e submete os trabalhadores e as massas populares ao desemprego e à carestia, impõem preços e produtos a serem consumidos pela população e a própria política econômica do governo, uma vez que são os verdadeiros donos da economia brasileira.

### **A espoliação do Brasil pelo capital estrangeiro e os países imperialistas**

Uma outra particularidade da economia brasileira é que seus setores-chaves estão sob controle dos monopólios estrangeiros. De acordo com a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), entre 60 e 70% das exportações brasileiras são feitas atualmente por empresas de capital estrangeiro, e dos 500 maiores monopólios internacionais existentes no mundo, 382 deles estão presentes no Brasil. Cabe, entretanto, aos monopólios norte-americanos o maior domínio sobre a economia: cerca de 2.000 empresas dos EUA estão instaladas no país e, das 500 maiores empresas estadunidenses, 405 atuam no Brasil

Na agricultura, o domínio de empresas estrangeiras é enorme. Em 1999, três multinacionais – Monsanto, Novartis/Zeneca e Dupont – controlavam 88% do mercado nacional de sementes de milho e três – Aventis/Bayer, Novartis/Zeneca e Basf/Cyanamid – detinham 56,2% do mercado nacional do setor de defensivos, e quase toda a exportação brasileira de soja é controlada por duas grandes empresas multinacionais: a Cargil e a Bunge. (*Retrato do Brasil*, 2007).

No comércio, as maiores redes de supermercados do país são estrangeiras. Em 2007, o francês Carrefour voltou a ocupar o primeiro lugar no ranking dos supermercados com um faturamento de R\$ 19,3 bilhões, após ter comprado a rede de hipermercados Atacadão por R\$ 2,2 bilhões.

A Companhia Brasileira de Distribuição (CBD), que é propriedade das redes de lojas Pão de Açúcar, Sendas, Extra e Compre Bem, e pertence à Família Diniz e ao grupo francês Cassino Guichard Perrachon S.A, faturou R\$ 18,8 bilhões e ficou em segundo.

Em terceiro, está a rede norte-americana Wal Mart, dona do Bompreço, com faturamento de R\$ 15 bilhões.

Aliás, as aquisições de empresas nacionais, sejam estatais ou não, sempre são financiadas pelo próprio Estado brasileiro por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Com efeito, o BNDES anunciou em maio de 2007 que decidiu se tornar sócio da Light, distribuidora de energia elétrica do Rio de Janeiro, com 31,4% do capital. A Light foi adquirida em 1996 por três multinacionais: Eletricité de France, AES Corporation e a Reliant Energy. No ano de 2002, a francesa EDF adquiriu o controle da empresa. Em 2005, o BNDES concedeu um empréstimo no valor de R\$ 726 milhões para a empresa. Para evitar a reestatização da Light, o BNDES resolveu ficar com ações da empresa em troca da dívida, mas mantendo o controle acionário com os grupos privados. Com tanto incentivo, a Light teve um lucro líquido recorde de R\$ 1,077 bilhão em 2007.

Até mesmo a Petrobras, resultado de uma longa e histórica luta do povo brasileiro em favor do monopólio estatal do petróleo, tem hoje 57,6% das suas ações sob controle de investidores privados, isto é, de capitalistas, sendo que 40% estão nas mãos de estrangeiros. Assim, de um lucro de 23,7 bilhões obtidos pela Petrobras em 2005, 13,65

bilhões ficaram com empresas e bancos privados e somente R\$ 7,63 bilhões com a União (Estado).

Grandes monopólios internacionais dominam amplamente os setores da autoindústria, higiene e limpeza, computação, indústria farmacêutica, alimentos, plásticos e borracha, e a indústria mecânica e eletroeletrônica. Mesmo quando as marcas possuem nomes nacionais, seus donos são empresas estrangeiras. A fábrica de fogões Continental foi comprada pelo consórcio alemão Bosch-Siemens. As marcas Brastemp, Semer e Cônsul, antes propriedade da Multibrás, foram adquiridas pela Whrillpool.

No setor financeiro, além das associações dos bancos estrangeiros com os bancos nacionais, cresce a presença direta de bancos estrangeiros na economia. No dia 28 de fevereiro de 2008, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a operação de mais sete bancos estrangeiros no país, entre eles, o norte-americano Lehman Brothers, o português Caixa Geral de Depósitos e o banco japonês Yamaha.

Com o crescimento da produção de álcool, as multinacionais passaram a adquirir várias usinas no país: a gigante francesa Louis Dreyfus, dona das usinas São Carlos em São Paulo, Luciânia em Minas Gerais e Rio Brilhante em Mato Grosso do Sul, comprou um pacote de quatro usinas em operação e uma em construção do grupo Tavares de Melo: Estivas, do Rio Grande do Norte; a Giasa, destilaria de álcool da Paraíba, as unidades Agroindustrial Passa- Tempo, Maracaju, e Esmeralda (em construção) no Mato Grosso do Sul. Com as aquisições, Louis Dreyfus passa a controlar as marcas Estrela, Estivas e Dumel e a ocupar a segunda colocação em processamento de cana na safra 2007/2008 com 11,8 milhões de toneladas, atrás somente da Cosan. A Dreyfus já possui no país três fábricas de esmagamento de soja, três fábricas de suco de laranja, 54 armazéns de graneleiros, controla dois terminais portuários e é uma das maiores tradings de algodão. A multinacional norte-americana Begins-Say comprou as usinas Guarani e Ruz Alta em São Paulo e, em associação com a Cosan, adquiriu outras cinco usinas.

### **Remessa de lucros para o exterior 2002-2008 (US\$)**

<b>2002</b>	<b>24,2 bilhões</b>
<b>2003</b>	<b>6,4 bilhões</b>
<b>2004</b>	<b>8,2 bilhões</b>
<b>2005</b>	<b>10,6 bilhões</b>
<b>2006</b>	<b>16,3 bilhões</b>
<b>2007</b>	<b>21,2 bilhões</b>
<b>2008</b>	<b>33,8 bilhões</b>

Fonte: Banco Central do Brasil

Os defensores da dominação do capital estrangeiro dizem que é muito importante o ingresso desse capital porque ele traz novas tecnologias e aumenta a industrialização do país. Mas a realidade é outra. Entre 2003 e 2006, de cada US\$ 10 que entraram no



Brasil, outros US\$ 6 foram enviados para o exterior e metade dos capitais externos investidos no Brasil entre 1995 e 1999 foram empregados nas privatizações e em aquisições de empresas nacionais. Ademais, grande parte do capital estrangeiro que ingressa no país é unicamente para fazer especulação com o Real e com os títulos da dívida pública.

### **Privatização entregou patrimônio público a grupos capitalistas**

Para atender aos interesses de crescimento dos lucros dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, o governo federal, entre 1994 e 2001, vendeu lucrativas e estratégicas empresas estatais abaixo do seu valor à grande burguesia.

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), vendida por míseros R\$ 3,298 bilhões, em 2006 teve um lucro de R\$ 14,870 bilhões, mais de quatro vezes o valor pelo qual comprou a empresa.

A Companhia Siderúrgica Nacional, grande produtora de aço bruto e laminados, foi privatizada em 1993 por apenas R\$ 1,05 bilhão. Somente no ano de 2007, a CSN teve um lucro líquido de R\$ 2,922 bilhões.

A Embraer, ex-estatal fabricante de aviões e uma das maiores do mundo, foi privatizada em 1994. Os beneficiários foram o grupo Bozano-Simonsen e uma empresa francesa, junto com os fundos de pensão Previ (Banco do Brasil) e Sistel (ex-funcionários da Telebrás), que pagaram US\$ 192,2 milhões pela empresa. Desse total, porém, US\$ 100 mil foram pagos em dinheiro. O restante, US\$ 192,1 milhões, foi pago em *moedas podres* (títulos ou papéis públicos cujo valor no mercado é menor que o valor de face). Em 2007, a Embraer teve um lucro de R\$ 657 milhões, mais de quatro vezes o valor pelo qual a empresa foi vendida.

Pior. Além de receber *moedas podres* por estas empresas e de ter que devolver parte do ágio sobre os preços mínimos recebidos, o Governo Federal financiou bancos e grupos privados para comprar as estatais, isto é, foi com dinheiro público que muitas empresas do Estado foram compradas.

Em resumo, num primeiro momento o BNDES emprestou dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para que empresas privadas comprassem as estatais. Depois, continuou emprestando dinheiro público para as empresas privatizadas realizarem seus investimentos e ampliarem seus lucros. Assim, de 1994 a 2003, os empréstimos do governo federal para 101 empresas privatizadas pela União atingiram um total de US\$ 15,4 bilhões. (*FSP*, 18/01/04).

A Embraer, por exemplo, recebeu entre 1995 e 2003, US\$ 4,15 bilhões do BNDES. No mesmo período, a Usiminas recebeu US\$ 1,575 bilhão; a Brasil Telecom, US\$ 1,405 bilhão e a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), US\$ 723 milhões.

Além disso, as empresas compradoras das estatais tiveram isenção de Imposto de Renda. A Embratel, por exemplo, comprada pela norte-americana MCI, tinha a pagar R\$ 1 bilhão de Imposto de Renda, referente ao período de 1996 a 1998, mas a dívida foi perdoada pelo governo federal.

Mais grave: além de se apropriarem, a preço de banana, das empresas estatais e de terem sido financiados com dinheiro público, os monopólios que se beneficiaram com as privatizações foram responsáveis pelo aumento significativo do desemprego no país. Com efeito, os grandes monopólios capitalistas que passaram a ser donos das empresas estatais privatizadas demitiram 546 mil trabalhadores no período de 1989 a 1999, uma redução de 43,9% do total de empregos do setor no período.

A Petrobras, também, foi no essencial privatizada com a Lei 9478/97,<sup>7</sup> que quebrou o monopólio estatal do petróleo e permitiu às multinacionais explorarem o petróleo e o

gás natural. Com efeito, hoje, 71 empresas privadas exploram petróleo no Brasil, 35 delas estrangeiras como as norte-americanas Exxon e Chevron e as britânicas Shell e BG. Vale destacar, que as empresas privadas nacionais geralmente estão associadas a multinacionais. É o caso da OGX, criada pelo bilionário Eike Batista, que em leilão do petróleo brasileiro realizado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) no início de 2008, arrematou 21 dos 25 blocos privatizados, em associação com a dinamarquesa Maersk e a britânica Perenco.

O megacampo Carioca-Pão de Açúcar descoberto na Bacia de Campos, Rio de Janeiro, com reservas estimadas em 30 bilhões de barris de petróleo, terá seu lucro dividido com a britânica BG Group, dona de 30% do empreendimento e a espanhola-argentina Repsol, que tem 25%. A Petrobras, que com o monopólio estatal do petróleo era dona de toda essa riqueza, depois de ter investido mais de US\$ 2 bilhões em pesquisa e prospecção nessa área, ficará somente com 45% do lucro.

A Eletrobras, estatal responsável por grande parte da produção e geração de energia elétrica no país, vai no mesmo caminho: 30% de seu capital é hoje privado.

Mas, lamentavelmente, esse crime contra o patrimônio nacional não acabou. Várias rodovias federais foram privatizadas em outubro de 2007. A multinacional espanhola OHL foi a principal vencedora, adquirindo o controle de cinco trechos de rodovias federais, entre eles, a Fernão Dias (BR-381, entre São Paulo e Belo Horizonte) e a Régis Bittencourt (BR-116, entre Curitiba e São Paulo). Outra multinacional, a também espanhola Acciona, ficou com a BR-393, e a BRVias, empresa de propriedade do dono da Gol, com o trecho da BR-153.

Com a privatização, todos os motoristas que trafegarem nessas rodovias deixarão nos cofres destas empresas o dinheiro do pedágio. Assim, o trabalho da OHL, da Acciona e da BRVias será “árduo”: vão construir várias cabines para cobrar o pedágio de cada carro que passar nas estradas – diga-se de passagem, construídas com o dinheiro dos impostos dos trabalhadores e o trabalho dos operários.

Em março de 2008, o governo de São Paulo colocou a venda à Cesp (Companhia Energética de São Paulo), responsável pela produção de mais de 60% da energia do estado e 10% do país. O leilão fracassou, mas o governador de São Paulo, José Serra, declarou que novo leilão será realizado para entregar o patrimônio do povo paulista a uma empresa privada. Além do mais, todos os laboratórios de hospitais públicos do Estado de São Paulo estão sendo privatizados. Agora, a maioria dos exames está sendo feita pelo laboratório privado CientificaLab, de propriedade do Diagnósticos da América (Dasa), que, por sua vez, pertence ao banco Pátria, ao The Blacstone Group e ao JP Morgan.

Também foi realizado leilão para entregar em mãos privadas, no caso a construtora Odebrecht, a concessão da hidrelétrica de Santo Antônio e a multinacional franco-belga Suez, a hidrelétrica Jirau, ambas no rio Madeira, em Rondônia e financiados pelo BNDES. (*Valor*, 19/05/2008)

Não bastasse, a ministra da Casa Civil, Dilma Roussef (PT-RS), defendeu a abertura do capital da Infraero e a privatização dos aeroportos brasileiros, isso depois de o governo federal ter investido milhões na melhoria destes aeroportos.

Em resumo, as privatizações são mais uma maneira de o Estado transferir vultosos recursos públicos para os monopólios capitalistas. Em troca, os partidos burgueses que governam, recebem bilhões de reais nas suas campanhas eleitorais.

### **Privatização da educação**

Ainda, para possibilitar que os capitalistas ampliem o controle sobre mais setores da economia, a educação foi transformada numa mercadoria. Segundo o próprio censo do

MEC em 2005, as universidades federais criaram 200 mil novas vagas e o sistema privado de educação superior criou 2,2 milhões de novas vagas. Resultado: 3,9 milhões de estudantes, 88,95% do total, estão matriculados em faculdades privadas. A consequência é que apenas 13% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos frequentam o ensino superior. Na Coreia do Sul, essa percentagem é de 60% e nos países da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 30%. Recentemente, a empresa Kroton Educacional comprou 100% da faculdade Fipag, de Guarapari, Espírito Santo, por R\$ 4,56 milhões. (*Valor*, 22/01/08).

Vale ressaltar ainda que essa crescente dominação do capital estrangeiro sobre a economia brasileira foi possível graças à associação da burguesia nacional com a burguesia internacional e à subordinação dos governos brasileiros. De fato, vastos setores da classe capitalista brasileira têm laços estruturais com a burguesia mundial e os mercados financeiros internacionais. Tal dominação, inclusive, cresce a cada ano com a criação de várias leis para facilitar a remessa de dividendos, lucros e royalties do capital estrangeiro para o exterior.

Além da desnacionalização da economia, a dominação dos monopólios imperialistas acarreta uma gigantesca espoliação das riquezas produzidas no país e uma enorme transferência para os países imperialistas dos recursos nacionais. Prova disso são os sucessivos aumentos das remessas de lucros por empresas multinacionais e “investidores” estrangeiros. Em 2006, as empresas estrangeiras remeteram mais de US\$ 16 bilhões de seus lucros. Em 2007, foram US\$ 21,2 bilhões. Em dois anos, saíram do Brasil para os cofres dos países imperialistas US\$ 37,5 bilhões, quase duas vezes o que o governo investe por ano na saúde pública.

Não está aqui computado, o dinheiro que vai para o exterior pelas contas CC-5 (contas criadas pela Carta-Circular nº. 5 do Banco Central (BC) e que permite aos seus titulares enviar dinheiro para fora do país sem comunicar ao BC ou as remessas ilegais. Para se ter uma idéia, segundo dados do Ministério Público do Paraná, um grupo de 64 doleiros remeteu ilegalmente num período de oito anos, de 1996 a 2003, US\$ 19,53 bilhões para bancos dos Estados Unidos.

### **A verdade sobre a dívida externa**

Com a colaboração dos grandes meios de comunicação, sempre interessados em apresentar a política econômica do governo como correta, o Governo federal divulgou que o Brasil não tinha mais dívida externa. Mas a verdade é outra. A dívida externa total do país não só continua a existir como seu valor aumentou: em março de 2007 era US\$ 215,5 bilhões e em dezembro de 2008, alcançou US\$ 265 bilhões, um aumento de quase US\$ 40 bilhões.

Contudo, como as reservas brasileiras são de US\$ 196 bilhões e o Brasil ainda tem haveres a receber de bancos comerciais, então, caso usasse esse dinheiro para pagar a dívida externa, ela seria zerada. Essa foi a conta feita para divulgar que a dívida externa não existia mais. Algo impensável até pelos que propagaram a mentira do fim da dívida externa.

Não é a primeira vez que o Governo federal declara que acabou com a dívida externa. Em dezembro de 2005, após pagar antecipadamente a fortuna de US\$ 15,5 bilhões ao Fundo Monetário Internacional (FMI), foi anunciado o fim da dependência externa. Detalhe: ontem como hoje, o governo esqueceu de informar que somente o estoque da dívida pública é superior a R\$ 1,3 trilhão, que boa parte dessa dívida é dívida com bancos e especuladores estrangeiros e que o país continua seguindo todas as orientações de política econômica do FMI. Lembremos ainda que no governo do PSDB,

os grandes meios de comunicação não se cansaram de espalhar outra mentira sobre o fim da dívida externa: a de que vendendo as estatais, o país acabaria com as dívidas externa e interna e teria mais dinheiro para investimentos sociais.

Por outro lado, essa política de acumular reservas em dólar, em vez de investir mais recursos na melhoria das condições de vida do povo, tem causado um enorme prejuízo ao país e o enriquecimento de uma minoria. Sem dúvida, o BC compra dólar no mercado alegando que é para evitar que o dólar caia. Porém, no mesmo dia ou no mesmo mês que compra esses dólares, aumenta a taxa de juros. Os especuladores, então, direcionam suas aplicações para os títulos da dívida pública. O dólar cai mais. O BC volta a comprar dólar e volta a ter prejuízo, até porque as tão saudadas reservas estão em dólar e não em euro ou em real. Só de outubro de 2005 a julho de 2006, o Banco Central comprou US\$ 30 bilhões de dólares no mercado, e, para tanto, emitiu R\$ 66 bilhões de títulos da dívida interna. Como a cotação do dólar recuou 17,2% ao longo do ano passado, esse movimento causou um prejuízo de R\$ 55,6 bilhões nas contas do Banco Central, mais do que o Governo federal gasta com habitação, educação e reforma agrária.

Ademais, a dívida externa, embora continue tendo um grande peso para os organismos financeiros mundiais, como OMC (Organização Mundial do Comércio), FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial e para os países imperialistas imporem seus interesses aos países devedores, desde que se aprofundou a chamada liberalização dos mercados financeiros, ou seja, a total liberdade para o capital financeiro internacional entrar e sair do país sem nem mesmo pagar impostos, a dívida externa tradicional perdeu um pouco de sua importância entre os mecanismos de espoliação dos países imperialistas. Assim, os grandes bancos internacionais, fundos de investimentos dos países imperialistas e especuladores, hoje, obtêm grande parte de seus lucros comprando títulos da dívida pública. De fato, cerca de 35% dos títulos da dívida pública brasileira estão diretamente em mãos do capital estrangeiro.

Na verdade, o Estado contraiu uma outra dívida, a dívida interna, com o objetivo de arrecadar recursos para garantir os pagamentos da dívida externa e também para melhor remunerar o capital financeiro, uma vez que parte da dívida interna é reajustada pela taxa de juros que, no caso do Brasil, é a maior do mundo. Em 2008, o governo federal gastou R\$ 282 bilhões com juros e amortizações da dívida interna e externa (sem contar o refinanciamento, ou seja, a chamada "rolagem" da dívida, que corresponde ao pagamento da dívida mediante a emissão de novos títulos), enquanto gastou cifras bem menores com o atendimento das necessidades do povo brasileiro: R\$ 44,5 bilhões com a saúde, R\$ 23,7 bilhões com a educação e R\$ 2,5 bilhões com a reforma agrária. (**A Verdade**, nº 108)

Em sete anos, de 2000 a 2007, os gastos do governo com pagamento de juros do endividamento público somaram R\$ 1,268 trilhão. Mesmo assim, em março de 2008, a dívida pública total (interna e externa) atingiu o fantástico número de R\$ 1,356 trilhão, metade de todas as riquezas que o Brasil produz por ano.

Em suma, os especuladores nacionais e estrangeiros, em particular, grandes bancos e indústrias, tomam dinheiro emprestado nos países onde as taxas de juros são baixas, – nos EUA, a taxa é de 2,25% e no Japão, 0,5% – e, com esse capital, compram títulos da dívida pública brasileira que são reajustados por 11,75%. A cada operação ganham fortunas e pagam uma ninharia de impostos. Só de janeiro a setembro de 2007, os estrangeiros ganharam US\$ 151,3 bilhões com aplicações em ativos financeiros ou em ações na Bovespa. Eis porque a especulação com os títulos da dívida pública tornou-se um dos principais meios de os grandes capitalistas obterem lucros fabulosos sem sequer bater um prego numa barra de sabão.

Um desses especuladores é o norte-americano Warren Buffett, presidente da empresa de investimentos Berkshire Hathaway e, segundo a revista *Forbes*, o homem mais rico do mundo. Buffet, justificando ter uma parte de sua riqueza de US\$ 75 bilhões investida em Real, declarou ao jornal *Folha de S. Paulo*: “O Brasil estava fora do meu radar. Mas um amigo querido contou sobre as perspectivas de valorização da moeda. Segui a dica.” (*FSP*, 5/05/08).

Outras formas ainda são usadas pelo capital estrangeiro para exercer o domínio sobre a economia brasileira, como *dumping*, isto é, colocando seus produtos no mercado a preço abaixo do valor de produção para esmagar o concorrente e, depois, comprar as empresas. Bem como, o comércio exterior, uma vez que os preços dos produtos que importamos, geralmente produtos industriais, máquinas, etc., têm preços superiores aos produtos exportados pelo Brasil.

### **Pagamento de juros da dívida pública 2002-2008 (em bilhões de R\$)**

<b>2002</b>	<b>190,7 bilhões</b>
<b>2003</b>	<b>145 bilhões</b>
<b>2004</b>	<b>128 bilhões</b>
<b>2005</b>	<b>155 bilhões</b>
<b>2006</b>	<b>160,027 bilhões</b>
<b>2007</b>	<b>159,532 bilhões</b>
<b>2008</b>	<b>165 bilhões</b>

Fontes: Banco Central/ **A Verdade**

### **A ameaça imperialista sobre a Amazônia e sobre o petróleo brasileiro**

Há que se destacar ainda as ações dos países imperialistas e dos capitalistas para assumirem o total controle da Amazônia e dos recursos minerais e naturais estratégicos existentes na região. Com efeito, a Amazônia possui 15% de toda água potável do planeta, o maior banco genético do mundo e as maiores reservas mundiais de minerais estratégicos, cujo valor não se pode calcular. Ouro; ferro; sal-gema; manganês; bauxita, calcário; caulim; diamante; chumbo; níquel; nióbio; cobre; estanho; zircônio; tório, etc, existem em abundância na Amazônia, além de petróleo e gás natural. Só a bacia do Solimões, no meio da selva amazônica, é a terceira maior reserva de gás e petróleo do país. Enfim, biodiversidade, água doce, minerais preciosos e imenso potencial energético.

De olho nessas riquezas, os países imperialistas têm financiado várias ONGs estrangeiras para promoverem a grilagem de terras e a biopirataria na Amazônia. Ademais, a proximidade da Amazônia do canal do Panamá, que além de sua

importância estratégica e comercial é a base do Comando Sul dos Estados Unidos, é também motivo do interesse do imperialismo pela região.

Uma outra forma de se apoderarem da Amazônia é simplesmente comprando milhares de hectares da floresta amazônica, já que a terra, numa economia capitalista, é uma propriedade privada. Este é o caso do sueco Johan Eliasch, consultor do primeiro-ministro inglês Gordon Brown e presidente da Head, uma das maiores empresas de material esportivo do mundo, e dono de 160 mil hectares da floresta amazônica, em Manicoré e Itacoatiara (AM), uma área maior que a cidade de São Paulo. Mister Eliasch, que também é fundador da organização não-governamental Cool Earth, que atua na Amazônia, propôs que vários capitalistas se unissem para reunir um capital de US\$ 50 bilhões para comprar toda a floresta amazônica. (*O Globo*, 25/05/08). Hoje, segundo depoimento do presidente do Incra, Rolf Hackbart, em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, em 6 de março de 2008, 3,1 milhões de hectares da Amazônia são propriedade de capitalistas estrangeiros, o correspondente a 39 mil imóveis rurais. Logo, não é a demarcação das terras indígenas que ameaça a soberania sobre a Amazônia, mas a propriedade privada da terra.

### **A luta pelo controle nacional do pré sal**

Criada em 3 de outubro de 1953, pela Lei 2004, e instalada em 9 de maio de 1954, quando já existia produção de petróleo na Bacia do Recôncavo, a Petrobras ficou responsável pela execução do monopólio estatal do petróleo pertencente à União e também estabelecido por esta mesma lei.

Portanto, durante 44 anos, de 1953 a 1997, o Brasil conviveu com o monopólio estatal do petróleo e a Petrobrás se tornou uma das maiores empresas do mundo no ramo, acumulou um grande conhecimento técnico e científico e promoveu investimentos em diversos setores da indústria, da agricultura, da ciência e tecnologia, além de apoio à arte e à cultura nacionais. Em 6 de agosto de 1997, o governo entreguista de FHC promulgou a Lei 9.478/97, “flexibilizando” o monopólio estatal, permitindo a venda das ações da Petrobras na Bolsa de Nova York (de imediato 36% delas foram vendidas por menos de 10% do seu valor real) e criando a Agência Nacional do Petróleo (ANP), que determinou que a Petrobras deveria submeter seu programa de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo à agência.

Agora, os países imperialistas, em especial os EUA, estão de olho nas reservas do Pré-Sal, estimadas em mais de 100 bilhões de barris de petróleo. Toda essa riqueza, além de tornar definitivamente o Brasil auto-suficiente em petróleo, elevaria o nosso país a um dos maiores produtores de petróleo do mundo. Os trabalhadores não podem se calar diante de mais esse crime contra a soberania nacional. Defendemos a revogação da famigerada Lei 9.478/97 e a reestatização de todas as estatais privatizadas.

Não é justo que enquanto o povo brasileiro sofre nas filas dos hospitais, faltem verbas para a educação e para a habitação e os nossos jovens não possam ingressar nas universidades públicas por falta de vagas, mais uma vez nossas riquezas sejam entregues a grandes capitalistas nacionais e estrangeiros.

Em resumo, bancos e monopólios nacionais e internacionais dominam e controlam a economia brasileira e obtêm lucros gigantescos à custa de uma brutal exploração da classe operária e da grande maioria das massas trabalhadoras.

**Partido Comunista Revolucionário**

[www.pcrbrasil.org](http://www.pcrbrasil.org)